

CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOMEAR NO PENSAMENTO DE ARISTÓTELES

ARISTOTLE ON NAMING

*Igor Mota Morici*¹

RESUMO: O presente artigo faz uma breve discussão a respeito do uso de etimologias por Aristóteles. Por um lado, encontram-se análises etimológicas com certa frequência em suas obras para sustentar alguma tese. Por outro, Aristóteles impugna a possibilidade de um nome veicular descrições sobre a coisa nomeada, o que tornaria esse expediente filosoficamente inócuo. Assim, interessou-me em responder à questão de saber se a teoria semântica de Aristóteles é incompatível com as etimologias que se acham em seus textos.

PALAVRAS-CHAVE: Aristóteles; Etimologia; Nomear; Paronímia

ABSTRACT: This paper presents a brief discussion on Aristotle's use of etymologies. On the one hand, occasionally we see Aristotle using etymological analysis in his works in order to make a philosophical point. On the other hand, he denies the possibility of a name bearing descriptive content, what would turn etymology into a useless philosophical tool. Thus, I shall answer the question whether Aristotle's semantic theory is incompatible with his etymological analyses.

KEYWORDS: Aristotle; Etymology; Naming; Paronym

Para Marcelo Pimenta Marques, *maître à penser*

¹ Professor de Filosofia do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG

O problema da nomeação

“When we were little,” the Mock Turtle went on at last, more calmly, though still sobbing a little now and then, “we went to school in the sea. The master was an old Turtle — we used to call him Tortoise —”

“Why did you call him Tortoise, if he wasn’t one?” Alice asked.

“We called him Tortoise because he taught us,” said the Mock Turtle angrily. “Really you are very dull!”²

Lewis Carroll. *Alice’s Adventures in Wonderland*, Cap. 9

A epígrafe extraída da obra de Lewis Carroll sugere um problema filosófico da mais alta importância. A homofonia entre *Tortoise* e *taught us*, possível no inglês britânico, põe em relevo uma espécie de (bem-humorada) etimologia: do fato de a velha Tartaruga ser professor e ensiná-los, *taught us*, decorre seu nome, *Tortoise*. Haveria, portanto, uma relação de verdade entre o nome e a coisa nomeada, evidenciada pela semelhança fônica entre seu nome e o exercício da ação que, sob um aspecto, lhe é própria. Em outras palavras: o nome diz, de certo modo, a coisa mesma. A suposta obviedade dessa relação é tal que o Arremedo de Tartaruga se irrita profundamente com Alice. Cabe a pergunta: essa relação existe de fato? É necessária? É defensável uma tese diversa? Em caso afirmativo, em que termos?

O enfrentamento filosófico dessa questão mais remoto de que temos notícia (ou, pelo menos, sua primeira tematização mais sistemática) acha-se no diálogo *Crátilo* de Platão. Em suas páginas iniciais (383a-385a), deparamo-nos com duas posições, a princípio, radicalmente opostas concernentes ao tema: convencionalismo e naturalismo. De acordo com a primeira, os nomes são estabelecidos sempre arbitrariamente, sem que haja qualquer garantia de estabilidade ou correspondência entre o que designam e o seu sentido intrínseco. Ao passo que, para a segunda, os nomes devem se originar de uma conformidade à natureza das coisas nomeadas. Destarte, o parâmetro de correção entre nome e nominado, nessa perspectiva, é rígido, isto é, há nomes certos e errados para as coisas, ou melhor, para cada coisa, há um só nome correto.

² “Quando éramos pequenos”, recomeçou, finalmente, o Arremedo de Tartaruga, mais calmo, embora continuasse a soluçar um pouco de vez em quando, “íamos à escola no mar. O professor era uma Tartaruga velha — costumávamos chamá-lo de Cobra.” / “Por que o chamavam de Cobra, se ele não o era?” perguntou Alice. / “Nós o chamávamos de Cobra porque ele cobra muito dos alunos”, disse o Arremedo de Tartaruga, com raiva. “Nossa, como você é estúpida!” Todas as traduções são de minha responsabilidade. Seguimos as normas para transliteração de termos e textos gregos adotadas pela Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, salvo pelo fato de assinalarmos as vogais longas sublinhando-as.

No caso da posição convencionalista, por outro lado, simplesmente não há parâmetro: impera a convenção, seja coletiva ou individual. Certamente, Platão trata de depurar dialeticamente ambas as teses ao longo do diálogo travado entre os personagens Sócrates, Hermógenes e Crátilo, tornando-as mais elaboradas, menos rígidas e, portanto, mais sutis. Curiosamente, a maior parte dessa discussão consiste em uma série de etimologias que frustram a expectativa do leitor moderno de encontrar os resultados de uma investigação científica elaborada com métodos de pesquisa bem assentados³ — o que hoje chamamos propriamente Etimologia. Longe disso, identificaríamos nas relações que o diálogo platônico fixa entre as palavras casos de paronímia, ou seja, a semelhança entre vocábulos distintos por convergência fonética parcial.

Certa vez, quando cursava graduação em Filosofia, ouvi de um professor, antes de ministrar uma aula sobre a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* de G.W.F. Hegel, que faria uma “etimologia de boteco” de “enciclopédia”. Todos nós, alunos, rimos sem saber ao certo, após a sua exposição, o que nela havia de “boteco”. De fato, recordo-me, não nos fora exposto — tampouco cabia fazê-lo — um rigoroso estudo do étimo do termo; tratava-se, então, de apenas introduzir “jovens” estudantes de Filosofia na complexa trama conceitual hegeliana. O interessante dessa anedota é que patenteia nosso comportamento quando testemunhamos uma coisa séria sendo ridicularizada: em geral, fazemos o que se espera — rimos. Assim é que a seção etimológica do diálogo platônico (390e-421c) foi recebida por parte dos seus intérpretes modernos: um escárnio, algo como “etimologias de boteco” inseridas no interior de uma argumentação séria⁴.

David Sedley [1998] (p. 140), no entanto, julga sérias as etimologias contidas na referida seção, cuja finalidade é fazer um levantamento sistemático das crenças gregas mais antigas filosoficamente relevantes (i.e. cosmologia e ética/lógica). A seriedade está em que, para Platão, os nomes foram, de fato, formados de modo a admitir como corretos os sentidos que as análises etimológicas lhes atribuem, a prescindir da questão de saber se tais sentidos são ou não *verdadeiros* das coisas nomeadas. Ou seja: as etimologias são *exegeticamente* corretas. Nesse sentido, assevera Sedley, todas as etimologias presentes no *Crátilo* são corretas, mas apenas

³ Ainda que se possa identificar, nota Dalimier [1998] (p. 44-47), “uma certa coerência técnica” no conjunto das etimologias; o que, aliás, escapa a um leitor apressado dessa seção.

⁴ Cf. Sedley [1998], p. 140.

algumas são também verdadeiras. Vários são os argumentos mobilizados por Sedley em prol dessa tese, dentre os quais se acha um cuja referência central é Aristóteles: o uso que faz de etimologias, aliado à sua sobriedade, é indício considerável do seu caráter sério.

O problema das etimologias em Aristóteles

Há, com efeito, diversas etimologias em mais de um texto aristotélico⁵. No primeiro capítulo do segundo livro da *Ética Nicomaqueia*, mais precisamente, no passo 1103a₁₇₋₁₈, por exemplo, Aristóteles distingue a excelência intelectual da moral (*ethikē*), afirmando ser esta resultante do hábito, *ethos*, e do qual obtém seu nome, com uma *ligeira alteração*⁶ (subentendendo o nome *ethos*, “caráter”). Comentando essa etimologia, Zingano [2008] (p. 94) afirma que “felizmente, Aristóteles se serve pouco deste procedimento potencialmente enganador, sendo mesmo avesso a etimologias em geral”. A esse respeito, Aristóteles parece-me mais drástico. A sua teoria da linguagem, especialmente, sua semântica, impugnar a possibilidade de análises etimológicas. Um nome é, nas palavras do Estagirita, “uma voz capaz de significar (*semantikē*), segundo uma convenção (*katà sunthéken*) sem tempo, da qual nenhuma parte é capaz de significar em separado”⁷. Ademais, mesmo no caso de nomes compostos (*peplegména onómata*), em que uma parte quer dizer (*bouletai*) algo, esta nada significa separadamente⁸.

Ainda mais veemente, um trecho presente no segundo livro dos *Tópicos*⁹ alerta os contendores dialéticos da possibilidade de se deturpar o sentido de uma palavra por uma analogia errônea. É possível tomar um nome num sentido diverso do usual, alegando ser este

⁵ Cf. Bonitz [1870], s.v. Etymologica.

⁶ Zingano [2008] (p. 94) atenta para o uso da expressão “alterar ligeiramente” (*smikròn paraklínein*) ao longo do *Crátilo* (por exemplo, em 398d₅, 400b₁₁, 410a₄), a fim de ilustrar o que os gregos entendiam por etimologia: não se tratava de *derivar* palavras umas das outras, mas de aproximar duas palavras, uma ligeiramente alterada em relação à outra — princípio cujos resultados podem ser, segundo o autor, catastróficos.

⁷ *Da interpretação* 2, 16a₁₉₋₂₁. Na linha seguinte, exemplifica sua definição com o nome *Kállippos*, no qual o *ippos* nada significa se considerado por si como em *kalòs híppos* — o que pode ser entendido seja como “um cavalo é belo”, seja como “um cavalo belo”.

⁸ Cf. *Ibid.*, 16a₂₂₋₂₆; grifos meus. Como exemplo, Aristóteles cita *epaktrokéles*, “brigoleta”, em que *kéles*, “goleta”, não significa separadamente.

⁹ Cf. *Tópicos* II 6, 112a₃₂₋₃₈.

mais conveniente (*hōs málista prosēkon*). Poder-se-ia entender por *eúpsykhos*, não o corajoso (seu sentido estabelecido), mas “quem tem uma boa alma” (*ho eū tēn psykhēn ékhon*), assim como *eúelpis* designa “quem espera coisas boas” (*ho agathà elpízon*). Ora, *eúpsykhos* não significa “quem tem uma boa alma”.

Entretanto, sabemos, Aristóteles recorre a análises etimológicas em meio a suas argumentações. Trata-se de uma inconsistência? É possível dar um sentido a esse recurso?

Voltemos aos argumentos de Sedley a propósito de Platão. Ele nos lembra que fazer etimologia era uma prática frequente e bastante comum entre os gregos do séc. V a.C., sobretudo com relação a nomes de divindades, constituindo-se em um elemento importante de seu pano de fundo cultural¹⁰. Tratava-se de um exercício de recuperação do pensamento antigo. Goldschmidt [1940] (p. 27-29), em particular, argumenta que, possuindo primitivamente uma significação religiosa, a etimologia sofreu transformações a cada nova apropriação filosófica, como as que fizeram pitagóricos, Heráclito, Antístenes, Platão. Ora, uma transformação, em princípio, não apenas muda uma coisa, deve também conservar algo do estado anterior à mudança; caso contrário, diríamos se tratar simplesmente de uma destruição. Nesse sentido, Sedley torna manifesto que, por mais crítico que fosse quanto a instituições emblemáticas de sua cultura, Platão não era um iconoclasta sem mais; era, afinal, um grego¹¹. As análises etimológicas guardam, pois, um fundo respeitoso com as opiniões mais antigas.

Aristóteles, por sua vez, não somente demonstra certa reverência pela tradição, mas ainda estima as opiniões dignas de confiança (*tà éndoxa*) como índices fiáveis de que uma opinião poderia ser mais verdadeira do que falsa. Sedley [1998] (p. 144, n. 15) se vale do passo 1074a₃₈-b₁₄ do livro Lambda da *Metafísica* para sustentar o respeito de Aristóteles pela tradição. Mas podemos ler a mesma ideia mais claramente em outras passagens¹². Cito duas. No sétimo livro da sua *Ética Nicomaqueia*, Aristóteles nos diz que, como em todos os assuntos, devemos iniciar discutindo as dificuldades e, posteriormente, submeter à prova as aparências e a verdade das opiniões dignas de confiança (*tà éndoxa*). “Caso as dificuldades sejam resolvidas”,

¹⁰ Sedley [1998], p. 141-142 e 154.

¹¹ Além de *Crátilo*, outros textos de Platão apresentam etimologias sérias. Sedley (p. 141) cita os seguintes: *Timeu* 90c; *Leis* 714a; *República* 369b-c; e *Fedro* 238c, 244b-d, 251c.

¹² Cf., por exemplo, *Metafísica* A 3, 983a₃₃-b₆; *Refutações sofisticas* 34, 183b₁₈₋₂₇, 184a₉-b₉. Barnes [1982] (p. 30-34) expõe com clareza esse ponto.

prossigue o Estagirita, “e as opiniões dignas de confiança se mantenham (*kataleípetai*), ter-se-á dado prova a contento <sobre a questão>.”¹³ Por conseguinte, essas opiniões, que costumam ser pontos de partida para as discussões, podem ser também pontos de chegada. Em outra passagem, no livro Alfa menor da *Metafísica*, Aristóteles afirma que se deve reconhecer a importância tanto das opiniões que partilhamos como daquelas mais superficiais, porquanto ambas contribuem para aprimorarmos as nossas¹⁴. Com efeito, a recuperação das opiniões dos antigos através do recurso às etimologias vai ao encontro dessas passagens. Qual é a finalidade desse expediente?

Sedley argumenta que Aristóteles recorre ao procedimento etimológico a fim de confirmar suas próprias teses, o que poderíamos chamar de uso “dialético” das etimologias. É o que atesta um trecho do *Tratado do céu*¹⁵. Recorrendo a uma etimologia presente no *Crátilo* (410b7: *aithér* vem de *aeî theî*), o Estagirita indica que sua opinião está em acordo com o que pensavam os antigos. Para eles, o corpo primeiro, diferente da terra, do fogo, do ar e da água, chamava-se ‘éter’ a partir do fato de “correr sempre” (*apò tou theîn aeî*) eternamente. De acordo com essa análise, Anaxágoras fez um uso abusivo e incorreto do nome ao aplicá-lo para designar o fogo. Implicitamente, Aristóteles recusa a etimologia hodiernamente aceita como certa para o termo: *aithér* tem por étimo *aíthein*, “queimar”. A acusação do erro de Anaxágoras, segundo Sedley, tem base filosófica e não apenas linguística, de forma que isso parece conflitar com a semântica aristotélica. Não se pode perder de vista, todavia, que essa base filosófica é uma opinião obtida pela *análise* etimológica e é relativamente a essa opinião que o nome se aplica mal. Afinal, o éter é diferente do fogo (bem como dos demais elementos) — Aristóteles o disse ao introduzir a etimologia.

As etimologias do *Crátilo* baseiam-se numa bem fundamentada teoria da nomeação (385e-390e), cujo núcleo consiste em que um nome é um instrumento (*órganon*) habilmente fabricado para realizar análises ontológicas objetivas¹⁶. O reconhecimento de sua legitimidade filosófica seria atestado por Aristóteles, ao dizer que “toda frase (*lógos*) é capaz de significar

¹³ EN VII 1, 1145b₆₋₇.

¹⁴ Met. a 1, 993b₁₁₋₁₉.

¹⁵ Cf. *Tratado do céu* I 3, 270b₁₆₋₂₅.

¹⁶ Cf. Sedley [1998], p. 141.

(*semantikós*), não, porém, *como um instrumento (oukh h_{os} órganon)*, mas, conforme foi dito, segundo uma convenção.”¹⁷ A capacidade de significar não pode se dar “como instrumento”, porque a função de um instrumento impõe limites à sua produção¹⁸. Não se pode deliberar, por exemplo, tendo-se em vista a produção de um machado capaz de perfazer sua função, fabricá-lo de isopor. Numa passagem da *Política*¹⁹, Aristóteles esclarece que, sendo o todo necessariamente anterior às partes, caso um pé ou uma mão sejam separados do todo, não serão pé ou mão, a não ser por homonímia; pois “todas as coisas”, assevera o Estagirita, “são definidas pela função e pela capacidade” (1253a₂₃: *pánta de t_{oi} érg_{oi} h_{or}istai kai t_{ei} dunámei*). Para Aristóteles, um machado de isopor seria denominado “machado” somente por homonímia. O que não ocorre com a frase, cujas partes, os nomes²⁰, não são tais por natureza, mas só o são quando se tornam um *sýmbolon*; isto é, quando se estabelece uma correspondência, por meio de uma convenção, entre determinados sons articulados capazes de significar e algo na alma do falante – como sustenta Veloso [2004] (p. 470-480)²¹. E *significar*, para Aristóteles, é o referir-se a algo (presente, de algum modo, ao intelecto ou à percepção), de modo que quem significa, em primeiro lugar, é a alma de um falante. O estabelecimento de quais sons corresponderão a que coisas na alma do falante é completamente arbitrário; bem entendido, uma vez estabelecida a convenção, por outro lado, deixa de haver arbitrariedade na significação²².

Isso esvazia a dicotomia *nómoi-phýsei*, na medida em que a arbitrariedade na cunhagem de nomes descompromete quem os cunha a pretender que possuam um conteúdo descritivo. A função do nome é meramente referencial: designar aquilo para o que foi cunhado; caso contrário, estamos diante de algo que, por não realizar a função que lhe seria própria, é “nome” apenas por homonímia. Em outras palavras, tratar-se-ia de um simulacro de nome: possuiria seus aspectos materiais (certos sons) — meio pelo qual o imitaria —, faltando-lhe a forma (i.e. a intenção do falante de se referir a algo). O que não impede, entretanto, um nome de apresentar, quando muito, sinais da própria coisa. Tal é o caso de “brigoleta” (*epaktrokéles*), nome

¹⁷ *Da interpretação* 4, 17a₁₋₂. Grifos meus.

¹⁸ Cf. *Crátilo* 389c; bem como Ackrill [1963], p. 144.

¹⁹ Cf. *Política* I 2, 1253a₂₀₋₂₅; *Partes dos animais* I 1, 640b_{28-641a₆}.

²⁰ O verbo também é um nome, segundo *Da interpretação* 3, 16b₁₉₋₂₀.

²¹ Cf. *Da interpretação* 2, 16a₂₆₋₂₈.

²² Para uma exposição detalhada sobre a significação em Aristóteles, veja-se Veloso [2004], p. 433-514, em cujas análises minuciosas me amparo a esse respeito.

composto que reflete uma composição na coisa²³. É importante lembrar, não obstante, que, para Aristóteles, “goleta” aí nada significa separadamente. Assim como uma mão separada do corpo, uma parte isolada do nome enquanto tal, não cumprindo sua função, deixa de ser nome.

Aristóteles nomeador

É sabido que o próprio Aristóteles cunhou nomes para alguns de seus conceitos. De que modo o fazia?

Muito se debateu sobre o caso de *entelékheia* (“realização”)²⁴. Há duas hipóteses principais: (a) segundo H. Diels, Aristóteles tinha em mente a expressão (*tò*) *entelès ékhein*, “ter completude”, da qual derivou o nome; mas (b), segundo Kurt von Fritz, a derivação é de *en* (*heautô*) *télos ékhein*, “ter um fim em si mesmo”. A vantagem da última é a sugestão de o nome ser consistente com postulados teóricos do pensamento aristotélico; a da primeira, sua correção filológica. Seja como for, há, decerto, um “sinal” do conceito em seu nome, embora o debate pareça ignorar a restrição aristotélica quanto a o nome não ser uma descrição. Em todo caso, julgo mais esclarecedora, a esse propósito, uma passagem em que o Estagirita sugere a fabricação de nomes para atender exigências de ordem filosófica.

Em suas *Categorias*, Aristóteles argumenta que todos os relativos (*tà prós ti*) são ditos em relação a termos recíprocos (*pròs antistréphonta*), de modo que se pode dizer que o dobro é tal da metade e a metade, metade do dobro²⁵. Genericamente, dizer que *A* e *B* são recíprocos equivale a dizer que ‘*x* é *A* de (para, do que, etc) *y*’ implica ‘*y* é *B* de *x*’ e ‘*y* é *B* de *x*’ implica ‘*x* é *A* de *y*’²⁶. A fim de que esse traço se verifique, algumas exigências devem ser satisfeitas. O correlativo tem que ser fornecido de modo apropriado, caso contrário parecerá não haver reciprocidade: se asa é dado como de um pássaro, não há reciprocidade em pássaro de asa, visto que existem coisas que possuem asa e não são pássaros. Ora, é na qualidade de alado que o

²³ Cf. nota 7 acima. O lexicógrafo Harpocrácio (séc. II d.C.) nos dá notícia de que se tratava de um navio cujo armamento se compunha dos presentes em um brigue (*epaktrís*) e daqueles em uma goleta (*kéles*); cf. *Lexicon in decem oratores*, s.v. *epaktrókéles*; e Veloso [2004], p. 525.

²⁴ Sobre esse ponto, vali-me das exposições de Graham [1989] e Blair [1993].

²⁵ Cf. *Categorias* 7, 6b₂₈-7b₁₄.

²⁶ Cf. Ackrill [1963], p. 100.

pássaro tem asa: asa de um alado, alado *com* asas²⁷. Ocasionalmente pode ser necessário forjar nomes (*onomatopoeîn*) para garantir essa reciprocidade, se não existir um nome apropriado para o correlativo enquanto tal. Para o estabelecimento de novos nomes, Aristóteles propõe que se os cunhe a partir daqueles já existentes, como a partir de ‘leme’ (*pedálion*), ‘lemado’ (*pedaliotón*); ou seja, por paronímia, sobre a qual cabem algumas observações.

Aristóteles denomina *parônimas* “todas as coisas que têm a designação segundo o nome a partir de algo, diferindo pela terminação”²⁸. A derivação suposta entre parônimos não é de ordem etimológica, isto é, Aristóteles não está preocupado em estabelecer que a palavra da qual se derivou outra como parônima foi formada primeiro. Para que algo seja chamado ‘parônimo’ é necessário que (a) esse algo tenha seu nome devido a alguma coisa (em geral, uma qualidade) que a ele pertença, bem como (b) o seu nome seja idêntico com o daquela coisa, com uma diferença de terminação. Nem uma nem outra condição é de per si suficiente para que algo seja dito parônimo. Se apenas a condição (a) é satisfeita, sucede como no caso mencionado em *Cat.* 8, 10a₃₄-b₅: o corredor e o pugilista são chamados assim segundo uma capacidade natural, mas não por paronímia a partir de determinada qualidade, “pois não há nomes estabelecidos para as capacidades segundo as quais eles são ditos qualificados”. Se se verifica somente (b), isso não garante que algo seja parônimo, dado que uma coisa pode ter seu nome a partir de uma outra homônima, o que constituiria um caso de homonímia.

Conclusão

Retomemos, agora, o problema. É possível conciliar a teoria semântica aristotélica com as análises etimológicas? Respondendo a questão *à la* Aristóteles: num sentido, sim; mas, noutro, não.

Sim. Na medida em que a significação diz respeito ao fato de alguém se referir a algo, estando instituídas certas convenções, isso independe da possibilidade de se fazer análises

²⁷ Aristóteles chama atenção para a modificação na expressão que alguns casos podem requerer.

²⁸ *Categorias* 1, 1a₁₂₋₁₃. Retomo aqui a formulação concernente à paronímia apresentada em Morici [2006], p. 100-101, com pequenas alterações.

etimológicas dos nomes, *exegeticamente* consistentes. Em outras palavras, Aristóteles, como Platão, não se furta ao recurso a uma prática e tipo de saber consagrados pela sua cultura.

Não. A semântica aristotélica é irreduzivelmente contrária a análises exegéticas de nomes que atribuem seus resultados à coisa nomeada. Isso por uma simples razão: para Aristóteles, como vimos, os nomes não são descrições. No que difere de Platão²⁹. O Estagirita não deduz de um nome uma verdade a ser confirmada pela argumentação, mas segue o caminho inverso. Sob esse ponto de vista, é paradigmático o trecho do *Tratado do céu* (270b₁₋₅) que precede o citado por Sedley [1998] (p. 143)³⁰. Aristóteles arrola “fenômenos” (*tà phainómena*), entre os quais a etimologia de *aithér*, que vêm corroborar a tese de que há um corpo primeiro incorruptível e que não está sujeito a alterações, sobre a qual já argumentou suficientemente: “parece que tanto o argumento (*lógos*) confirma (*martyreîn*) os fenômenos como os fenômenos, o argumento”. Eis a frase que dá o tom dialético à passagem.

Goldschmidt [1940] (p. 30) reconhece o valor suplementar do recurso a etimologias. Em geral, procede-se à análise de um sentido cuja “verdade”, por assim dizer, já se encontra posta de antemão por um contexto argumentativo. Destarte, no *Crátilo* de Platão, dificilmente se chega a um conhecimento novo, original, através das análises etimológicas. No que tange ao seu valor suplementar, ponho-me de pleno acordo se estendemos esse valor às etimologias presentes em Aristóteles. Discordo, porém, quanto à suposta falta de novidade nessas análises. A recuperação de opiniões mais antigas, devida à etimologia, representa justamente esse dado novo, que servirá de apoio a uma tese já instaurada. Discutindo o embraquecimento e o endurecimento dos cabelos nos animais, por exemplo, Aristóteles declara que tais coisas ocorrem à medida que se envelhece e que “a velhice é, conforme seu nome, térrea” (*tò gērás esti katà toúnoma geerón*)³¹. A razão disso é que a capacidade de conservar calor e a umidade, características dos viventes, se esvaem, e a terra é fria e seca. Ora, antes dessa aproximação, não se inferiria *geerón* de *gêras*. Se isso estivesse dado *a priori* no nome, não vejo como se poderia dar qualquer sentido a esse expediente.

²⁹ A julgar pelas conclusões de Sedley [1998], p. 147 e 152-154. O autor atribui a Platão a tese de que os nomes são descrições ocultas e quanto mais precisamente um nome descrever a coisa nomeada melhor ele será. Ademais, Sedley defende que algumas etimologias do *Crátilo* fornecem *insights* que antecipam verdades platônicas.

³⁰ Cf. nota 14 acima.

³¹ *Da geração dos animais* V 3, 783b₆₋₈. Cf. *Da respiração* 17, 479a₇₋₁₆.

Ademais, é interessante observar que muitos nomes científicos não apresentam sequer vestígios descritivos de seu referente, o que não os impede de desempenhar seu papel referencial. Decerto, não haverá problemas para um astrônomo falar de uma galáxia espiral na constelação de Pegasus cujo nome é ‘NGC 2’³².

Por outro lado, o auxílio da paronímia na fabricação de nomes para relativos mostra ser filosoficamente relevante, em determinadas circunstâncias, refletir no nome a relação ontológica que as coisas nomeadas mantêm entre si. Um parônimo obtém seu nome exatamente do fato de possuir uma determinada coisa em si mesmo: o nome ‘corajoso’ se aplica a quem possui uma virtude, a coragem.

Neste breve percurso, sem pretensões à exaustividade, pudemos ver que, tal como em Platão, a questão do nomear em Aristóteles é multifacetada. No *Crátilo*, discussões sobre nomes vão dar em teses ontológicas; são explorados aspectos epistemológicos; postos em debate assuntos éticos, cosmológicos, “teológicos” etc. Em Aristóteles, por vias diferentes e, eventualmente, discordantes de Platão, constata-se igual riqueza filosófica.

³² Diversamente Sedley [1998], p. 147. NGC é sigla de New General Catalog. Agradeço a Túlio Rebehy a sugestão desse ponto.

REFERÊNCIAS

- ACKRILL, J.L. [1963]. (translated with notes by). *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press
- BARNES, J. [1982]. *Aristóteles*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2001
- BEKKER, I. [1831-1870]. (ed.). *Aristotelis opera*. 5 vols. Berlin: Georg Reimer
- BLAIR, G.A. [1993]. "Aristotle on *entelékheia*: a reply to Daniel Graham", *American Journal of Philology* 114, p. 91-97
- BONITZ, H. [1870]. *Index Aristotelicus*. Graz: Akademische Druck, Verlagsanstalt, 1955
- BRUNSCHWIG, J. [1967]. (texte établi et traduit par). *Aristote. Topiques. Livres I-IV*. Tome I. Paris: Les Belles Lettres
- BURNET, J. [1900]. (ed.). *Platonis opera*. Vol. 1. Oxford: Clarendon Press, 1967
- DALIMIER, C. [1998]. (présentation et traduction par). *Platon. Cratyle*. Paris: GF-Flammarion
- DALIMIER, C. & PELLEGRIN, P. [2004]. (traduction par). *Aristote. Traité du ciel*. Paris: GF-Flammarion
- GOLDSCHMIDT, V. [1940]. *Essai sur le Cratyle*. Paris: Vrin, 1982
- GRAHAM, D.W. [1989]. "The etymology of *entelékheia*", *American Journal of Philology* 110, p. 73-80
- MINIO-PALUELLO, L. [1949]. (ed.). *Aristotelis Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press
- MORICI, I.M. [2006]. "Considerações acerca da convencionalidade da linguagem em Demócrito", *Scripta Classica On-line* 2, p. 92-104
- SEDLEY, D. [1998]. "The Etymologies in Plato's *Cratylus*", *Journal of Hellenic Studies* 118, p. 140-154
- VELOSO, C.W. [2004]. *Aristóteles mimético*. São Paulo: Discurso Editorial
- ZINGANO, M. [2008]. (tradução, notas e comentários). *Aristóteles. Ethica Nicomachea I 13 – III 8: Tratado da virtude moral*. São Paulo: Odysseus Editora